

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 7.378, DE 2006

(Apenso: Projeto de Lei nº 7.384, de 2006)

*Modifica o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, concedendo adicional de periculosidade aos eletricitários.*

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Relator:** Deputado MAURÍCIO QUINTELLA  
LESSA

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.378, de 2006, originário do Senado Federal, objetiva alterar o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de conceder aos eletricitários o adicional de periculosidade.

A proposição foi aprovada no Senado Federal, o que ensejou seu envio a esta Casa para cumprimento da função revisora estabelecida no art. 65 da Constituição Federal.

Em 07/08/2006, foi apensado o Projeto de Lei nº 7.384, de 2006, de autoria da Deputada Maria do Rosário, que pretende incluir como atividades ou operações perigosas as que impliquem contato permanente com energia elétrica.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (RICD, art. 24, II) e tramita em regime de prioridade (RICD, art. 151, II).

O mérito da matéria foi analisado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) que, em reunião ordinária realizada em 30 de maio de 2007, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 7.378, de 2006, e rejeitou o Projeto de Lei nº 7.384, de 2006.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), encerrado o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas aos projetos de lei.

Em 24/06/2008, o Relator anteriormente designado para apreciar a matéria, Deputado Pastor Manoel Ferreira, apresentou seu voto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições.

Em 21/05/2009, foi apresentado voto em separado do ilustre Deputado Roberto Magalhães que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.384, de 2006, e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.378, de 2006.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, manifestar-se acerca dos aspectos admissionais (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa) da proposta em tela, conforme determina o art. 32, inciso IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Com efeito, cumpre-nos registrar que foram obedecidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União (art. 22, inciso I), atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, c/c o art. 59, inciso III) e legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61).

As proposições obedecem também aos requisitos constitucionais formais e de cunho material. Estão, ainda, em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no País e com os princípios gerais de Direito, não apresentando, portanto, qualquer injuridicidade.

No que se refere à técnica legislativa, as proposições não merecem reparos, pois estão de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que dispõem sobre as normas de elaboração das leis.

Pelo exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 7.378, de 2006, e 7.384, de 2006.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA  
Relator